



DISCURSOS DE DOR E RESISTÊNCIA: AS VIVÊNCIAS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

DISCOURSES OF PAIN AND RESISTANCE: THE EXPERIENCES OF WOMEN VICTIMS OF DOMESTIC VIOLENCE

Beatriz Pereira Alves¹

Kerle Dayana Tavares de Lucena²

Resumo: O objetivo do estudo foi analisar as vivências de mulheres vítimas de violência doméstica por meio de seus discursos. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, exploratória, numa cidade do Alto Sertão paraibano, Brasil, com seis mulheres vítimas de violência doméstica, usuárias do serviço Rede Delas. Os discursos foram obtidos a partir de um roteiro de entrevista semiestruturado, gravados e posteriormente transcritos e analisados com base na Análise de Discurso. Três subcategorias de discussão foram formadas a partir dos resultados: formas de apresentação da violência doméstica; repercussões da violência doméstica nos filhos e ciclo da violência doméstica. Os relatos apresentados se configuram como expressões de resistência que merecem ser ouvidos e legitimados pela sociedade. Dessa forma, reconhecer e acolher esses discursos é fundamental para compreender a dinâmica da violência doméstica e fortalecer políticas públicas voltadas à proteção, ao apoio e à reconstrução da autonomia das vítimas.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher; Violência por Parceiro Íntimo; Violência Doméstica; Pesquisa Qualitativa.

Abstract: The objective of this study was to analyze the experiences of women who are victims of domestic violence through their narratives. To this end, a qualitative and exploratory study was conducted in a city in the Alto Sertão region of Paraíba, Brazil, with six women who were victims of domestic violence and users of the Rede Delas service. The narratives were obtained through a semi-structured interview guide, recorded, and subsequently transcribed and analyzed using Discourse Analysis. Three analytical subcategories emerged from the results: forms of manifestation of domestic violence; repercussions of domestic violence on children; and the cycle of domestic violence. The accounts presented can be understood as expressions of resistance that deserve to be heard and socially legitimized. Thus, recognizing and acknowledging these narratives is essential to understanding the dynamics of domestic violence and to strengthening public policies aimed at protection, support, and the reconstruction of victims' autonomy.

Keywords: Violence Against Women; Intimate Partner Violence; Domestic Violence; Qualitative Research.

1 Introdução

A violência, enquanto fenômeno social, manifesta-se de forma complexa e assume múltiplas dimensões, afetando diversos setores da sociedade ao longo da história. A Organização Mundial da Saúde (Krug *et al.*, 2002) define violência como o uso

¹ Enfermeira pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestra pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), Maceió, Alagoas, Brasil. E-mail: pbia012@gmail.com

² Enfermeira, mestra e doutora pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), Maceió, Alagoas, Brasil. E-mail: KerleDayana@gmail.com



deliberado da força física ou do poder, com potencial para resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, prejuízos ao desenvolvimento ou privações.

Dentre as várias formas de violência existentes, aquela dirigida contra a mulher tem ganhado destaque no campo da Saúde Pública, dada sua alta prevalência e os profundos impactos que provoca. Essa modalidade de violência, resultado direto das desigualdades de gênero, pode causar sofrimento físico, psicológico, sexual, patrimonial e moral às vítimas. Quando essa agressão ocorre no contexto de uma relação íntima, especialmente no ambiente doméstico, ela é caracterizada como violência doméstica (Lucena, 2015).

Conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023), 27% das mulheres entre 15 e 49 anos já sofreram violência física e/ou sexual por parte de parceiros homens. De forma ainda mais preocupante, 33,4% das brasileiras com mais de 16 anos relataram ter vivenciado esse tipo de violência em algum momento da vida, número que supera a média mundial, de 27%. Esses índices evidenciam a gravidade da situação e a urgência do fortalecimento das políticas públicas de proteção às mulheres.

Estudos recentes revelam que a exposição contínua à violência doméstica causa sérios prejuízos à saúde mental e física das mulheres. Entre os efeitos mais frequentes estão distúrbios do sono, dificuldade de concentração, problemas para tomar decisões, sensação constante de insegurança, além do desenvolvimento de transtornos como ansiedade, depressão, baixa autoestima e estresse pós-traumático (Fortes *et al.*, 2024; Garcia; Oliveira, 2024).

Além das mulheres diretamente afetadas, as consequências da violência doméstica também atingem crianças e adolescentes que presenciam essas situações em casa. O convívio em ambientes violentos pode gerar comportamentos agressivos, quadros de depressão e retraimento social, além de afetar o desenvolvimento cognitivo e emocional, dificultando o desempenho escolar e provocando transtornos psicológicos (Santana; Cruz, 2022).

Diante dessa realidade, o presente artigo propõe como questão central: “Quais são as vivências de mulheres que sofreram violência doméstica?”. O objetivo é analisar as vivências de mulheres vítimas de violência doméstica por meio de seus discursos. A partir do alcance desse objetivo, espera-se contribuir para o aprofundamento do debate sobre as consequências diretas e indiretas da violência de gênero, além de reforçar a necessidade de ações efetivas de prevenção e enfrentamento.



2 Método

Trata-se de um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Efetividade do serviço Rede Delas no enfrentamento da violência doméstica: uma avaliação a partir dos discursos das usuárias”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer n.º 6.730.782), em conformidade com a Resolução n.º 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

A investigação adotou uma abordagem qualitativa, exploratória e de campo, com o objetivo de compreender a realidade das mulheres atendidas pelo serviço Rede Delas. A escolha metodológica permitiu analisar o fenômeno da violência doméstica em seu contexto social, cultural e histórico, promovendo uma conexão entre teoria e prática, conforme defendido por Gil (2002).

A Rede Delas consta como um serviço de enfrentamento à violência doméstica, que atua no sentido de auxiliar às mulheres vítimas desse tipo de violência para o rompimento do ciclo de agressões. Esse serviço tem como objetivo oferecer às mulheres em situação de violência amparo jurídico, assistência à saúde, apoio social, suporte educacional e incentivo à independência financeira.

A natureza qualitativa da pesquisa viabilizou uma análise interpretativa de dados não mensuráveis, considerando as múltiplas dimensões que envolvem o fenômeno estudado (Rodrigues; Oliveira; Santos, 2021). Quanto à estrutura, a pesquisa foi guiada pelos Critérios de Consolidação para Relatórios de Pesquisa Qualitativa (COREQ, conforme seu acrônimo em língua inglesa), assegurando a transparência e a qualidade do processo investigativo.

O estudo foi realizado numa cidade do interior da Paraíba, Brasil, com mulheres maiores de 18 anos, vítimas de violência doméstica e usuárias do serviço Rede Delas. Foram excluídas da amostra aquelas com comprometimentos mentais ou psicológicos que impossibilitassem a participação. A amostragem foi por conveniência, com seis participantes selecionadas até a saturação dos dados, como recomendado por Nascimento *et al.* (2018).

Algumas possíveis participantes se recusaram a participar devido ao medo do agressor, à vergonha ou ao desconforto emocional, o que impactou o número final da amostra. Em um dos casos, uma mulher chegou a comparecer ao local da coleta, mas desistiu por se sentir ansiosa.



A seleção das participantes foi feita por meio de convites enviados por profissionais do serviço Rede Delas, com quem as usuárias mantinham um vínculo de confiança. A coleta de dados ocorreu em 6 de setembro de 2024, durante a manhã, após aprovação ética e obtenção do consentimento prévio das envolvidas. Um café da manhã foi oferecido para tornar o ambiente mais acolhedor, preservar o motivo do encontro e minimizar a exposição das participantes.

As entrevistas foram individuais, realizadas em ambiente reservado apenas com a pesquisadora, após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de autorização para uso de voz. As entrevistas tiveram, em média, 15 minutos de duração e foram posteriormente transcritas na íntegra e arquivadas no banco de dados da pesquisa. Utilizou-se um roteiro semiestruturado que abordava dados sociodemográficos e questões abertas para captar os relatos das mulheres, incluindo a pergunta: “Em que momento você identificou que sofria violência doméstica?”, a qual deu origem às categorias de discussão presentes neste recorte.

Os dados foram analisados com base na Análise de Discurso, abordagem que interpreta os sentidos atribuídos pelas participantes à luz de suas experiências e das influências ideológicas e históricas (Fiorin; Savioli, 2007). Essa perspectiva permite uma leitura crítica dos discursos, revelando estruturas de poder e dinâmicas de opressão presentes nos relatos.

Baseando-se nos preceitos éticos, para preservar o anonimato, as entrevistadas foram identificadas pela letra M seguida de um número, conforme a ordem das entrevistas.

3 Resultados e discussão

O roteiro da entrevista semiestruturada consistiu em perguntas abertas, permitindo a livre expressão das participantes. As respostas foram organizadas em categorias e subcategorias conforme os conceitos centrais identificados. Este recorte foca na Categoria 1, que tem como eixo central a violência doméstica, abordando suas formas de apresentação, as repercussões nos filhos e a identificação do ciclo da violência, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 1: Categorias e subcategorias de análise dos discursos. Paraíba, Brasil

Categoria 1	Violência doméstica
Subcategoria 1.1	Formas de apresentação da violência doméstica
Subcategoria 1.2	Repercussões da violência doméstica nos filhos
Subcategoria 1.3	Ciclo da violência doméstica

Fonte: Própria da autora (2024).

Subcategoria 1.1: Formas de apresentação da violência doméstica

A Subcategoria 1.1 traz as diferentes formas de apresentação da violência doméstica sofridas pelas participantes, a partir de seus discursos, quando questionadas sobre os tipos de violência aos quais já foram expostas. Seis mulheres participaram da construção dessa categoria (M1, M2, M3, M4, M5 e M6).

Ciúmes, quando começou tipo: mandar eu tá apagando fotos minhas antigas das redes sociais, né? Colocando limites [...] na parte de amigos, eu só podia ter amigos nas redes sociais que ele conhecia, tipo: a maioria tinha que ser mulher porque não podia ser homem, tá entendendo? E colocando defeito nas roupas, que a roupa era curta demais, que a roupa era muito colada. Começou a colocar defeito também no meu trabalho, por causa que eu ganhava muito pouco [...] aquele ciúme possessivo [...] daí, foi me sufocando [...] só podia sair de casa se fosse com ele, tudo era ele. Era uma coisa sufocante, tipo: dentro de casa, eu já não podia mexer no celular porque eu já não tava dando atenção a ele. Se eu tava na cozinha, tinha que tá na cozinha; se eu tava na sala, tinha que tá na sala; se eu tava mexendo no celular, ele se sentava bem do meu lado porque ele tinha que ver o que é que eu estava fazendo, era uma coisa muito sufocante [...] sufocante demais (M1).

No discurso, nota-se uma dicotomia entre a pessoa que narra e o parceiro controlador, onde o “eu” (a mulher) aparece restringido, submetido à imposição de normas e limites pelo “outro” (o parceiro). A linguagem utilizada reforça essa relação de dominação (Thompson, 1995), onde as ações do parceiro vão eliminando a autonomia da mulher, privando-a da sua liberdade de expressão, movimentação e identidade.

A construção do “eu” em oposição ao “outro” revela uma relação marcada pela opressão, na qual o parceiro estabelece regras legitimadas apenas por ele próprio, impondo um controle absoluto sobre a vida da vítima. Ao descrever que deveria “apagar fotos”, “ter amigos que ele conhecia” e “usar roupas que ele aprovava”, o discurso demonstra um apagamento da identidade da vítima e uma limitação de sua expressão individual. A linguagem torna-se, nesse contexto, uma forma de imposição ideológica (Fiorin, 2000), por meio da qual o parceiro não apenas impõe suas normas, mas também desvaloriza qualquer forma de resistência ou individualidade.

O discurso destaca termos como “sufocante”, “posse”, “limites”, “não podia” e “só podia”, que indicam um padrão de linguagem restritiva e excludente. A repetição de

palavras que remetem ao cerceamento cria uma atmosfera de controle e aprisionamento, revelando um contexto de violência psicológica (Camargo, 2021). Essas palavras evidenciam a pressão constante e a limitação da liberdade da vítima, mostrando o caráter possessivo e controlador do parceiro, que exige que ela se conforme aos seus desejos e expectativas. A negação de autonomia em relação às roupas, às amizades e ao trabalho constitui um mecanismo de despersonalização (Aiello-Vaisberg, 2017), no qual a mulher é moldada para atender exclusivamente às expectativas do parceiro.

A violência nem sempre é direta ou física, podendo ser manifestada por palavras, atitudes e controle (Foucault, 1987). A linguagem associada a “limites”, “ciúme possessivo” e “sufocante” sugere um contexto de manipulação emocional e controle psicológico, onde a segurança e o conforto emocional da vítima são constantemente ameaçados. Além disso, o controle sobre a vida cotidiana, incluindo o uso do celular e a movimentação na casa, evidencia uma constante vigilância, um elemento de opressão, utilizado como jogo de poder, que afeta profundamente o bem-estar e a liberdade emocional da mulher.

Ainda que o discurso seja dominado pela descrição de controle, o uso de termos como “sufocante demais” sugere uma resistência implícita ao comportamento do parceiro. Assim, nota-se, no relato de dominação, que o reconhecimento do desconforto e do impacto negativo desse controle constitui uma forma inicial de oposição (Batista *et al.*, 2020). A repetição do termo “sufocante” não é apenas uma descrição, mas também uma denúncia implícita do abuso emocional, revelando uma percepção crítica sobre a dinâmica vivida.

Depois, veio a parte da agressão: a primeira vez que ele me agrediu foi numa festa, do nada ele surtou. Aí, o rapaz que tava com a gente perguntou pra ele – porque você tá fazendo isso? Aí, ele respondeu – “Ah por causa que essa [...] pega e, em vez de me dar atenção na festa, tá é olhando pro palco, pro cantor”. Aí, eu disse – “oxente e eu vou olhar pra onde? Se tem um cantor cantando e nós viemos para uma festa, eu vou ficar olhando pra tu?”. Aí, ele pegou meu braço, me arrastou até um certo local, onde tinha muita gente ainda. O rapaz pediu pra ele se acalmar, que eu não tinha dado motivo pra ele fazer aquilo, tá entendendo? Foi da vez que ele chamou todo mundo pra ir embora, o rapaz pediu pra levar o carro, porque ele estava muito bêbado nesse dia, muito bêbado mesmo, mas ele não deixou [...] eu disse que não ia entrar dentro do carro, foi na hora que ele me pegou pelos cabelos, me botou dentro do carro, quase me matava [...] (M1).

Aqui, pode-se identificar um exercício de poder físico e psicológico por parte do agressor, que reage de forma violenta a uma situação em que ele não é o centro das atenções. O uso do discurso para estabelecer uma posição de autoridade absoluta é típico



em relações abusivas, nas quais a pessoa busca reafirmar seu controle ao fazer com que o outro se submeta, independentemente das circunstâncias (Barretto, 2018).

Nesse caso, o agressor faz uma leitura distorcida da situação para justificar a violência, impondo à vítima a culpa pela sua própria ação violenta. Trata-se de um mecanismo discursivo que transforma um comportamento neutro (olhar para o palco em uma festa) em motivo para a violência, desconsiderando a autonomia da vítima e tentando naturalizar o controle. Esse é um exemplo de “violência simbólica”, em que a linguagem e as justificativas verbais servem para reforçar a desigualdade de poder (Bourdieu, 2002).

A descrição dos atos – “Ele pegou meu braço, me arrastou” e “me pegou pelos cabelos, me botou dentro do carro” – explicita o controle físico e o uso da força bruta para subjugar a vítima (Minayo, 2005). A violência explícita busca suprimir fisicamente qualquer sinal de autonomia e resistência. Essa descrição detalhada dos atos do agressor não só reforça o papel da violência como uma forma de opressão que ultrapassa as palavras, como também a complementa ao impor a submissão.

A presença de um terceiro, que tenta intervir – “O rapaz pediu pra ele se acalmar, que eu não tinha dado motivo” – é importante, pois revela o impacto social da violência. A inclusão de terceiros no discurso sugere uma tentativa de validação da narrativa da vítima. A intervenção do rapaz aponta para uma tentativa de deslegitimar a agressão e apoiar a vítima, mas a falha em impedir o desfecho reforça a solidão e a impotência da vítima diante do domínio do agressor (Saffioti, 1999).

O discurso destaca o estado de embriaguez do agressor, ressaltando que “ele estava muito bêbado”. Tal condição não se trata de uma desculpa, mas sim de uma amplificação do comportamento violento e controlador. O álcool atua, nesse contexto, como uma ferramenta para exacerbar a violência, mas não como a causa, já que a violência parece enraizada em atitudes possessivas e controladoras (Carpanez; Lourenço; Bhona, 2019).

A expressão “eu disse que não ia entrar dentro do carro” representa um esforço de resistência diante da agressão, uma tentativa de recuperar algum controle e autonomia, mesmo que em circunstâncias de ameaça. Trata-se de um momento significativo, onde o discurso da vítima simboliza sua recusa em aceitar a submissão total, apesar do contexto desfavorável. A insistência da vítima em não se submeter, embora posteriormente superada pela violência, representa uma negação do domínio absoluto do agressor (Batista *et al.*, 2020).

Ameaçava [...] ele me dizia que eu tinha casos com outro homem, porque ele bebia e insistia que eu tinha caso com outra pessoa, depois que eu não tinha caso com outro homem, tinha caso com outra mulher. Aí, dizia que mulher como eu tinha era que matar, isso e aquilo, essas coisas [...] quando me procurava, se eu recusasse, passava a noite todinha no meu ouvido, ele não me deixava dormir; porque, se eu não tinha cedido, era porque tinha alguém e essas coisas [...] (M2).

O uso de ameaças e insinuações infundadas de infidelidade é uma forma de violência psicológica por estratégia de coerção, onde a repetição de acusações sem fundamento visa minar a autoestima e a autoconfiança da vítima, prática que atualmente leva o nome de *gaslighting* (Moreira; Oliveira, 2023). Frases como “mulher como você tinha era que matar” mostram como a linguagem se torna não apenas uma forma de agressão verbal, mas também uma ameaça explícita de violência física. Esse tipo de discurso desumaniza a vítima e a coloca em uma posição de constante insegurança.

Ao acusar a mulher de infidelidade, primeiro com outro homem e, depois, com outra mulher, o agressor manipula a realidade para manter a vítima em um estado de confusão e de defesa contínua. Essa manipulação funciona como uma tática de controle, onde o agressor cria narrativas distorcidas para justificar o comportamento abusivo e impor culpa à vítima. Essa insistência em deslegitimar a honestidade e fidelidade da mulher força-a a duvidar de si mesma e, ao mesmo tempo, a buscar aceitação do parceiro abusivo (Moreira; Oliveira, 2023; Souza, 2017).

A prática de impedir que a mulher durma, ao “passar a noite toda no ouvido”, configura um tipo de tortura psicológica, onde o agressor cria uma situação de cansaço físico e mental para enfraquecer sua resistência. A linguagem não precisa ser explícita para ser violenta; o ato de falar continuamente, repetindo acusações e criando insinuações, mostra um uso do discurso como forma de controle e pressão psicológica, dificultando que a vítima tenha um espaço de descanso ou recuperação (Azevedo; Alves; Tavares, 2018).

Ao forçar a mulher a ceder aos seus desejos e ameaçá-la caso ela recuse, o agressor nega sua autonomia, reduzindo-a a um objeto de posse. O uso da linguagem para forçar o consentimento é uma forma de violência sexual, onde a manipulação psicológica substitui a força física para conseguir a submissão (Campos; Mota; Brito, 2024). Essa negação de autonomia é reforçada pela insistência de que qualquer recusa é uma prova de infidelidade, transformando o direito de escolha da vítima em uma “prova” de traição.

A repetição de ameaças e acusações cria um ambiente em que a vítima se sente constantemente em risco. A criação de uma atmosfera de medo e insegurança é uma forma

de violência contínua, pois força a vítima a viver em estado permanente de alerta e apreensão (Silva; Silva; Hanna, 2023). A frase “mulher como você tinha era que matar” reforça essa dinâmica de medo, onde a ameaça é o suficiente para deixar claro que a recusa e a resistência não são aceitáveis.

Hoje em dia, tem esses números que ligam pra gente direto, né? Antigamente, quando eu vivia com ele, era mais número privado, confidencial, aparecia mais assim. Pra ele, quando um número assim ligava, era uma pessoa que eu tinha que tava ligando e não se identificava, e eu tenho minha mãe de idade que mora perto de mim e eu não desligava meu telefone pra ir dormir. Eu sempre levava pro pé da cama por causa disso, e ele achava muito ruim isso. Por ele, eu não trocava mensagem com alguém digitando, tinha que ser mensagens de voz, que era pra ele ouvir o que a pessoa tava dizendo (M2).

O controle sobre chamadas telefônicas e mensagens é uma forma de invasão da privacidade. Esse tipo de comportamento demonstra como o agressor busca transformar cada ação comum em um potencial ato de infidelidade, desvirtuando os conceitos de confiança e privacidade. Ao questionar cada ligação privada e ao exigir o uso de mensagens de voz, o agressor restringe a liberdade da vítima de se comunicar e de manter contato com outras pessoas de forma independente (Santos; Vieira, 2024).

A interpretação das chamadas de números privados como evidência de um “caso” é outro exemplo de acusação infundada, onde o agressor cria narrativas distorcidas para justificar seu comportamento abusivo, projetando sua própria insegurança e paranoia sobre a mulher, limitando sua comunicação e criando um ambiente de constante vigilância (Moreira; Oliveira, 2023; Souza, 2017).

O discurso revela que a mulher não podia sequer manter o telefone ao lado da cama, por uma questão de segurança e de contato com a mãe, pois isso era visto como uma “ameaça” pelo agressor. O discurso do agressor transforma um comportamento normal – deixar o telefone acessível para emergências – em um ato de desconfiança, o que força a vítima a justificar suas ações constantemente, aumentando sua dependência emocional e seu desgaste psicológico (Costa *et al.*, 2023).

A exigência de que todas as mensagens fossem de voz, para que o agressor pudesse ouvir o conteúdo, é uma forma de monitorar e manipular a vida social e a liberdade de expressão da narradora. Essa restrição reforça o controle do agressor ao transformar até mesmo a forma de comunicação em expressão de poder e dominação. A mulher perde a liberdade de se comunicar de forma autônoma e fica constantemente limitada pela presença indireta do agressor.

A insistência em interpretar qualquer interação como potencial traição revela uma tentativa de isolar a vítima de suas conexões externas, promovendo um isolamento social

e afetivo, em que a vítima é afastada de outras relações para que o agressor possa exercer um controle absoluto sobre ela. Ao restringir suas interações, o agressor diminui o apoio emocional e a rede de segurança da vítima, tornando-a cada vez mais dependente (Costa *et al.*, 2023).

Estudo internacional revela que sentimentos de solidão e isolamento figuram entre as consequências mais frequentemente relatadas por mulheres em relacionamentos íntimos abusivos, contribuindo para o aumento da vulnerabilidade emocional, da dependência afetiva e da permanência em contextos de violência e maus-tratos (Barnes *et al.*, 2022).

Desde o namoro [...] ele começou primeiro com uns beliscões, tipo com ciúmes. Se ele tinha ciúmes de alguém, me beliscava, não podia sentar perto de nenhum homem que ele começava com ciúmes [...] quando foi dois meses antes do casamento, ele me agrediu [...] tentei sair, só que eu fiquei com vergonha de sair, meus pais já tinha pagado o *buffet*, essas coisas. Eu já tinha alugado o vestido, e eu fiquei com vergonha de desmanchar o casamento e alguém falar: então ele falou que ia mudar e eu prossegui no casamento. Só que aí não mudou [...] piorou. Ele me agredia mais quando ele bebia, ele fazia uso de droga. Aí, quando chegava em casa, descontava em mim. Do nada ele surtava [...] foram várias vezes, várias vezes. Eu passei cinco anos com ele, eu casei com 20 anos, e os cinco anos foram desse jeito (M3).

A progressão de “beliscões” até agressões físicas graves mostra como o abuso pode se intensificar, criando uma situação em que a violência se torna parte do cotidiano. A repetição de comportamentos abusivos leva à naturalização da violência, na qual a vítima começa a ver o abuso como uma extensão normalizada da relação, dificultando sua percepção de que está em um ambiente de risco. Esse processo de escalada é uma técnica de controle em que o agressor, aos poucos, testa e amplia os limites de sua violência (Gomes; Fernandes, 2018).

A vergonha de cancelar o casamento e a preocupação com o julgamento social – “Fiquei com vergonha de desmanchar o casamento e alguém falar” – representam o peso da pressão social que muitas mulheres enfrentam. Essa pressão social pode ser explorada pelo agressor para manter a vítima em uma posição submissa, pois o medo da reação externa e da decepção familiar a impede de agir. O discurso dela reflete como o julgamento da sociedade é internalizado, reforçando a manutenção de um relacionamento abusivo (Silva, 2018).

O agressor promete que “vai mudar” pouco antes do casamento, uma estratégia comum em relações abusivas, através da qual manipula a situação para evitar que a vítima rompa o relacionamento. Promessas de mudança como essa funcionam como um elemento de manipulação emocional, onde o agressor cria uma falsa esperança para

desarmar qualquer resistência da vítima. Esse ciclo de promessas e decepções é um mecanismo de dominação que permite que o abuso continue sem interrupções (Lucena, 2015; Lucena *et al.*, 2016).

A descrição de cinco anos de casamento, onde “os cinco anos foram desse jeito”, mostra como o abuso se tornou um ciclo ininterrupto e desgastante. A constância da violência, combinada com o uso de drogas e o aumento das agressões após o casamento, revela um padrão de dominação. Assim, a mulher é forçada a permanecer na relação pela esperança de mudança e pela dependência emocional, enquanto o ciclo de violência, seguido de pedidos de desculpas ou promessas, a mantém presa (Ritt; Ritt, 2020).

A fala “descontava em mim, do nada ele surtava” evidencia como o agressor utiliza a violência para lidar com suas próprias emoções e frustrações, transformando a mulher em alvo para extravasar suas frustrações e reafirmar seu poder. Assim, a vítima é responsabilizada de maneira indireta pelo sofrimento do agressor, criando um ciclo de culpa e submissão (Moreira; Oliveira, 2023)

A referência a “cinco anos desse jeito” reforça a ideia de um longo período de sofrimento contínuo. A duração do relacionamento em um estado de submissão e medo indica como a vítima passa a ver o tempo como uma extensão do domínio do agressor, onde a esperança de que as coisas pudessem melhorar é continuamente frustrada (Silva, 2018).

Meu primeiro relacionamento foi muito tóxico e abusivo também, e eu sofria abuso psicológico também da família dele. Aí, com meu primeiro, eu passei cinco anos. Aí, eu acabei e, com pouco tempo, comecei com esse outro que era abusivo também, entendeu? Era muito abusivo [...] foi um atrás do outro. Por isso, eu tenho assim, muitos traumas, sabe? Eu me sentia muito mal, sabe? Eu desenvolvi muito a minha ansiedade, eu já tinha pouca, mas piorou muito, tinha crises de ansiedade assim, que me afetavam demais, o meu psicológico tava afetando meu fisiológico na verdade, sabe? Eu me sentia muito mal. Logo quando entrei, eu li logo ali “pequenos conflitos frequentes”. Aí, já deu um gatilho, já tive uma lembrança horrível. Ele despertou um lado meu, que todo mundo tem um lado não tão positivo, né? E ele sendo despertado frequentemente ele cresce, então [...] esse lado estressado assim, de tantas brigas, tantos conflitos, acabou que eu fiquei muito parecida com o jeito dele. Todo mundo percebia quando a gente brigava porque ele era muito grosso comigo, e eu tipo assim: ele gritava, eu devolvia o grito, sabe? Eu saía de mim. Aí, assim, no começo, era muito ciúme por tudo, não podia falar com amigos e começou a partir assim, da agressão verbal e psicológica para a física, né? Todo dia, tinha briga, todo dia tinha conflito, a gente não tinha momento de paz (M4).

A transição rápida entre relacionamentos abusivos reflete um ciclo de vulnerabilidade, onde a vítima, após sofrer abusos, encontra dificuldade em identificar ou evitar situações similares. O trauma acumulado pode criar um estado de dependência emocional, onde a vítima tem dificuldades em reconhecer o abuso logo no início e, por



consequência, acaba presa em ciclos repetitivos de relacionamentos tóxicos (Araujo Filho; Braga, 2021).

A fala sobre ansiedade e crises reflete um desgaste emocional que afeta o corpo, mostrando como o abuso psicológico não se limita ao campo emocional, mas afeta também a saúde física. A linguagem, nesse contexto, expõe o quanto o discurso do agressor é internalizado, gerando um estado de estresse constante que impacta diretamente a saúde da vítima (Silva, 2018).

A vítima menciona que o abuso “despertou um lado” dela, levando-a a reagir de forma semelhante ao comportamento abusivo. A internalização do comportamento do agressor é uma resposta adaptativa ao ambiente abusivo, onde a vítima assume uma postura defensiva e, às vezes, reativa. Esse reflexo de comportamento abusivo em resposta ao abuso original é um mecanismo de defesa, mas acaba gerando maior desgaste emocional e afastamento de seu “eu” original (Lucchese; Avoglia; Silva, 2017).

A fala sobre os “pequenos conflitos frequentes”, associada ao ciclo da violência exposto na parede do serviço Rede Delas, e a falta de “momentos de paz” revelam o impacto do abuso contínuo. Essa recorrência de conflitos é uma tática que mina a saúde mental e emocional da vítima. Ao enfatizar que os conflitos eram diários e desgastantes, a vítima descreve como o ambiente de abuso psicológico a mantinha constantemente alerta, impedindo-a de se sentir segura ou em paz (Silva; Silva; Hanna, 2023).

A lembrança do “gatilho” desencadeado ao ler uma frase reforça o impacto de longo prazo que os abusos tiveram em sua saúde mental. O abuso provoca reações associativas, onde situações ou frases que lembram o trauma revivem a experiência dolorosa, desencadeando respostas como a ansiedade. Esse ciclo reforça os efeitos do abuso e dificulta a cura, pois a vítima permanece presa ao trauma mesmo após o término do relacionamento (Melo, 2007).

Uma vez, a gente tava saindo de uma festa e teve justamente agressão física [...] o choro tá aqui [...] (choro) [...] e foi duas vezes isso [...]eu achei que isso nem me afetaria mais [...]e tipo: eu nem lembro direito, ele bateu no meu rosto e meu nariz começou a sangrar. Aí, tinha uma lembrança de quando era pequena, né? Coisa de criança na escola, sempre tinha um coleguinha ou outro que, às vezes, o nariz sangrava e eu dizia – “Meu Deus! Eu não sei como é que é isso”. Aí, depois de grande, eu fui ver [...]. Eu só senti escorrendo, quando eu baixei o vidro do carro no local do passageiro, que eu vi, eu fiquei assim [...] foi uma coisa que mexeu muito comigo [...] foi uma das piores vezes, e foram duas vezes. Ele me bateu várias vezes, mas foram as vezes que eu fiquei mais mal, sabe? Por ter essa questão de sangue e ficou muito dolorido, eu achava que tinha chegado a quebrar, sabe? Foi horrível [...] e faz tanto tempo, eu achava que isso nem mexia mais comigo [...] (M4).



A lembrança de um episódio de infância e o contraste com a experiência de agressão na vida adulta destacam a profundidade do trauma. A referência a uma memória infantil, quando a narradora desconhecia a experiência de ver seu próprio sangue, serve para enfatizar o impacto emocional desse momento. Esse tipo de narrativa reforça a violência como um evento marcante, atravessando a experiência de vida e reativando memórias dolorosas (Melo, 2007).

O choro durante o relato evidencia que o trauma está longe de ser resolvido e que o impacto emocional permanece forte. O choro e a dificuldade de narrar o evento refletem uma manifestação de dor reprimida que surge quando a vítima tenta reviver ou verbalizar a experiência. A dor física do momento se transforma em uma dor psicológica duradoura, e o próprio ato de recordar provoca uma resposta emocional intensa, demonstrando o peso do abuso (Melo, 2007).

A lembrança de pensar que o nariz poderia estar quebrado evidencia o nível de agressão e a intensidade do sofrimento. A violência física, representada pela visão do sangue, é ressignificada como uma marca emocional, mostrando que o trauma ultrapassou o plano físico e se transformou em um fardo psicológico.

A declaração de que ela acreditava que o evento “nem mexeria mais” com ela revela um contraste entre o que a vítima acreditava estar superado e a realidade de sua dor persistente. Essa ambivalência – o desejo de esquecer versus a intensidade da memória traumática – destaca a complexidade do trauma. Mesmo com a tentativa de racionalizar a experiência e superá-la, o impacto emocional ainda permanece, revelando que o trauma está enraizado (Melo, 2007).

O relato da agressão faz com que a narradora reviva um dos momentos mais dolorosos de sua relação. Ao relatar o evento, a narradora percebe que a violência ainda faz parte de sua vida emocional, apesar da passagem do tempo. Essa revivência não significa apenas lembrança, mas uma experiência quase real da dor, reforçando a força das memórias traumáticas.

Eu sofri violência psicológica e também violência patrimonial, onde a violência psicológica era 24 horas, pegando o meu celular, dizendo o que eu poderia ou não fazer, com quem eu poderia ou não sair, sendo que eu tinha uma vida bem atípica: assim, tinha minhas amigas, e eu passei a não poder mais sair, sabe? Aí, também tinha a patrimonial, que eu recebia meu dinheiro e eu ficava com 20%, e ele pegava o restante porque dizia que tava precisando. Aquela coisa, a pessoa gostando, a pessoa meio que entra na da pessoa, né? E eu dava. Ele tava com uns problemas, que ele tava desempregado. Aí, ele entrou num jogo, esses jogos *online* que tem, e perdeu muito dinheiro, era tipo assim: a renda que ele tinha perdeu. Aí, eu fiquei sendo a base de renda. Aí, eu dava dinheiro para pagar as contas dele, tava até pagando a pensão, que ele tem filha por fora. Tava uma coisa assim absurda, sendo que, por mais que eu fosse

parceira dele, eu não podia ajudar porque eu tinha minhas coisas. Depois que ele retornou a ter uma condição que ele foi, aos poucos voltando a ter o dinheiro que ele tinha perdido, mesmo assim ele voltando, eu continuei dando e ficou aquela coisa: eu ganhando bem pouquinho, eu só pagava minha faculdade e ele ficava com o resto, eu não tinha dinheiro pra nada. É tipo assim: minha mãe e meu pai foram percebendo, porque eu não moro com ele não [...] (M5).

O controle sobre o celular, as amizades e as saídas mostra como o agressor restringia a liberdade da vítima. A fala “a pessoa gostando, a pessoa meio que entra na da pessoa, né? E eu dava” mostra como o vínculo emocional é usado para explorar financeiramente a vítima. O discurso revela a complexidade do abuso patrimonial, onde a manipulação emocional convence a vítima de que o suporte financeiro é uma demonstração de afeto e parceria, levando-a a aceitar uma situação prejudicial. A dependência emocional dificulta a percepção do abuso e mantém a vítima em um estado de lealdade, mesmo quando há prejuízo (Andrade; Barranquera, 2024).

A exploração financeira, onde a narradora ficava com apenas 20% de sua renda enquanto o agressor controlava o restante, é uma forma de abuso patrimonial que reflete a desigualdade de poder (Andrade; Barranquera, 2024). Essa distribuição injusta de recursos evidencia como o agressor usa o dinheiro para subjugar e controlar, criando uma dependência financeira em que a vítima é obrigada a contribuir de maneira desproporcional.

O fato de o agressor continuar exigindo dinheiro mesmo após a recuperação de sua condição financeira reflete um ciclo de abuso. Esse comportamento funciona como uma extensão do domínio financeiro, onde a manipulação permanece mesmo sem a justificativa inicial. Isso mostra a intenção de manter a vítima em um estado de submissão e dependência, perpetuando o abuso patrimonial (Andrade; Barranquera, 2024).

A fala sobre os pais perceberem a situação revela como o abuso se torna visível para terceiros quando ultrapassa limites considerados razoáveis. A conscientização externa ajuda a romper o ciclo de violência, pois a rede de apoio – representada pela família – começa a entender e questionar as condições da vítima, trazendo uma perspectiva de realidade que contrasta com a manipulação do agressor (Ritt; Ritt, 2020).

Só tenho uma filha (choro) [...] que, infelizmente, foi vítima de feminicídio. Só tinha ela de filha, era filha única [...]. Ela tinha 30 anos [...] Ele se apaixonou por ela e, como ela não aceitou, ele tirou a vida dela [...]. Ela era funcionária, trabalhava pra ele. Ela disse a mim – “Mãe, eu não vou mais nem voltar pra trabalhar, eu vou ficar aqui com minha mãe e meus três filhos!”; porque o pai das crianças era separado por isso mesmo, por ela ser muito maltratada, muita peia, ameaça de morte e tudo [...]. Aí, ela tinha acabado o casamento, né? E ela estava só trabalhando para cuidar dos filhos. Aí, esse outro se apaixonou, ela veio embora: ela seis meses trabalhou numa firma com ele. Aí, ela veio e, quando chegou aqui, foi trabalhar de frentista num posto de gasolina, que ela

era muito querida na cidade, por todo mundo, e ele chegou e tirou a vida dela, lá no posto de gasolina, trabalhando [...] com revólver (M6).

Ao descrever o agressor, observa-se um tom de objetificação e condenação implícita – ele é simplesmente “ele”, uma figura que representa ameaça e violência. Por outro lado, a filha é retratada como uma mulher corajosa e carinhosa, dedicada aos filhos e respeitada pela comunidade. É possível identificar uma forma de contraste discursivo que humaniza a vítima enquanto desumaniza o agressor, expondo a injustiça brutal da violência de gênero.

O relato evidencia a perda não só para a mãe, mas também para os filhos e para a comunidade, ressaltando que a violência não afeta apenas a vítima direta, mas ecoa em múltiplas direções, causando dor e trauma a todos ao redor (Moura, 2022). A descrição da filha como alguém “muito querida na cidade” reflete o reconhecimento social de sua perda e reforça o peso da violência em toda a comunidade local.

A narrativa alterna entre o passado – a vida e os sonhos da filha, sua busca por estabilidade e segurança para os filhos – e o presente, em que a mãe lida com o impacto e a memória dolorosa do feminicídio. Trata-se de uma expressão da memória traumática, na qual passado e presente se entrelaçam, dificultando o processo de luto e cura (Melo, 2007).

O discurso destaca a persistência de um ciclo de violência de gênero, iniciado no casamento abusivo e seguido pela tentativa de controle por parte do empregador, que reagiu de maneira brutal quando não houve reciprocidade por parte da vítima. Trata-se de uma crítica implícita à estrutura social que, frequentemente, coloca as mulheres em situações de dependência econômica e vulnerabilidade emocional (Barbosa, 2023).

O feminicídio ocorrido no posto de gasolina, no ambiente de trabalho, simboliza a invasão do espaço seguro e produtivo da vítima. O local de trabalho deveria ser uma extensão da autonomia e da independência financeira; porém, ao se tornar palco da violência, ele passa a representar a destruição de qualquer segurança que a vítima havia conseguido construir (Barbosa, 2023).

Subcategoria 1.2: Repercussões da violência doméstica nos filhos

A Subcategoria 1.2 foi construída a partir dos discursos das mulheres que trazem as repercussões da violência doméstica na vida dos filhos, os quais frequentemente presenciam os atos violentos em seu dia a dia, tanto dentro quanto fora do ambiente domiciliar. Essa categoria contou com a participação de três mulheres (M1, M2 e M3).

[...] e meu filho presenciando tudo isso [...] Aí, me xingando, dizendo que eu não prestava, que todo marido que eu tinha eu colocava chifre [...] e meu filho dizendo – “Por favor! Não faça isso com minha mãe, não! Ela não fez nada com você pra você estar assim com ela” (M1).

Ao ser acusada e xingada com insultos que atacam sua moralidade, a mulher é desumanizada e humilhada. Essa desumanização verbal é uma forma de violência psicológica que busca reduzir a autoestima da vítima, fazendo-a questionar sua própria integridade (Bernardino *et al.*, 2016). O discurso do agressor reforça uma narrativa negativa que distorce a percepção de quem a vítima realmente é, utilizando calúnias para moldar a imagem dela.

A intervenção do filho – “Por favor! Não faça isso com minha mãe!” – revela a consciência da criança em relação ao abuso, mostrando uma inversão de papéis, onde ele tenta proteger a mãe. Trata-se de uma expressão de empatia e maturidade precoce, onde a criança tenta compreender e interromper a situação de abuso. O apelo do filho também expõe a vulnerabilidade emocional que ele experimenta ao testemunhar o sofrimento da mãe (Santana; Cruz, 2022).

O discurso revela o impacto devastador que a violência tem sobre o ambiente familiar, onde o lar, que deveria ser um espaço de segurança, torna-se um local de tensão e medo. Isso simboliza a destruição do espaço seguro, levando à perda da infância do filho, que, ao testemunhar o abuso, é forçado a amadurecer prematuramente e a assumir um papel de cuidador (Santana; Cruz, 2022).

A acusação de infidelidade cria uma situação de humilhação pública, onde a vítima é caluniada na presença do filho, expondo-a a uma forma de controle emocional que se estende ao ambiente familiar. Essa humilhação nada mais é do que uma estratégia de isolamento, onde a vítima é diminuída perante seus entes queridos, minando a sua dignidade e autonomia emocional (Costa *et al.*, 2023).

Até então, eu sofria violência psicologicamente, mas eu não tinha ideia que era isso. Eu tava adoecendo mentalmente e minhas filhas também, inclusive a mais velha adquiriu TAG por conta que presenciou muitas palavras desagradáveis, e ela tinha mais ou menos uma noção que era violência psicológica, mas eu não tinha essa noção (M2).

A fala “eu não tinha ideia que era isso” reflete a falta de conhecimento sobre os sinais de violência psicológica, comum em relações abusivas, onde o sofrimento é gradualmente normalizado. A ausência de percepção contribui para que a vítima internalize o abuso, aceitando-o como parte de sua realidade cotidiana, o que dificulta a resistência e o rompimento com o agressor (Gomes; Fernandes, 2018).



O discurso destaca o desenvolvimento de Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) na filha mais velha, mostrando que o abuso psicológico afeta profundamente o bem-estar emocional de todos os indivíduos inseridos no ambiente familiar. A associação entre o abuso e o adoecimento psicológico revela uma relação de causa e efeito, onde o ambiente abusivo desencadeia problemas de saúde mental em diferentes gerações da família (Nobre; Voltarelli, 2023).

A percepção de que a filha “tinha mais ou menos uma noção” de que se tratava de violência psicológica reflete o processo gradual de conscientização. Essa percepção pode ter contribuído para uma tentativa de autodefesa emocional e compreensão da situação.

Ao mencionar que tanto ela quanto as filhas estavam “adoecendo mentalmente”, o discurso destaca a transmissão transgeracional do impacto psicológico. Isso evidencia como o abuso de um membro afeta o bem-estar de toda a família, expondo as crianças a traumas que podem influenciar seu desenvolvimento emocional e social a longo prazo (Moura, 2022).

A mais nova presenciou a agressão [...] ela ficou, eu acho que uns três meses que ela não queria ver ele. A mais velha quando chegou, que viu a situação, não acreditou, ela disse – “Eu não acredito que pai fez isso!”, porque, até então, ela sabia das violências psicológicas, mas não achava que ia chegar a tanto. Infelizmente, a gente, mulher, vê acontecendo muita coisa, mas acha que com a gente nunca vai acontecer, é o que acontece muito [...]. Assim, a questão de morte, é porque as mulheres confiam demais (M2).

A frase da filha mais velha – “Eu não acredito que pai fez isso” – ilustra a ruptura entre a percepção que ela tinha do pai e a realidade violenta que presenciou. Essa incredulidade pode ser vista como um mecanismo de defesa que as pessoas usam para lidar com situações que desafiam suas crenças fundamentais sobre segurança e proteção, revelando um reflexo do choque emocional e da dificuldade de processar a traição da figura paterna (Batista *et al.*, 2023).

A reação da filha mais nova, que evitou ver o pai por meses, evidencia o trauma psicológico que resultou da agressão. Essa aversão é um sinal de que a criança está tentando se proteger de um ambiente ameaçador. A experiência de testemunhar um ato de violência pode ter efeitos duradouros sobre a saúde mental da criança, influenciando suas relações e percepções futuras sobre o que é considerado normal em um relacionamento (Batista *et al.*, 2023; Colossi; Falcke, 2019).

A reflexão sobre a crença de que “com a gente nunca vai acontecer” revela uma percepção comum entre muitas mulheres, que frequentemente minimizam ou ignoram sinais de alerta em relacionamentos abusivos. Isso sugere que a socialização e as

expectativas culturais em torno da masculinidade e da feminilidade podem levar à subestimação dos riscos, sustentando a ideia de que a violência acontece com outras pessoas, e não consigo mesmas (Ferreira, 2024).

A ideia de que as mulheres “confiam demais” ressalta a vulnerabilidade emocional que pode levar a uma maior exposição à violência. Essa confiança pode se tornar um fator de risco, pois o desejo de confiar e amar pode tornar as mulheres mais suscetíveis ao controle e à manipulação, resultando em uma incapacidade de reconhecer os sinais de alerta antes que a situação se agrave (Ferreira, 2024).

Ele me batia na frente dos meus filhos [...] ele bateu uma vez no meu mais velho, e eu fui pra cima dele: eu disse a ele que nunca mais ele triscasse um dedo [...] que eu nunca tinha machucado ninguém, nem matado ninguém, mas, pelos meus filhos, eu tinha coragem. Aí, ele não triscou mais nos meninos. Até onde eu sei, ele não trisca (M3).

A afirmação “pelos meus filhos eu tinha coragem” reflete o instinto de proteção que as mães frequentemente sentem em relação aos filhos, no qual a mãe, mesmo diante do perigo, se coloca como uma barreira contra a violência, sinalizando um papel ativo na proteção dos filhos. Essa ação também pode ser vista como um ponto de virada na relação, onde a mãe decide não permitir que a violência se estenda aos filhos (Silva, 2023).

O fato de ele ter agredido o filho mais velho indica que a violência se perpetua na presença de crianças, o que é comum em ambientes familiares abusivos. O ciclo de violência pode se expandir para incluir os filhos, reforçando a ideia de que a violência não é apenas um problema entre os adultos, mas algo que afeta toda a dinâmica familiar (Moura, 2022).

O momento em que a mãe confronta o agressor, afirmando que ele “nunca mais triscasse um dedo”, é um sinal de resistência e coragem. Isso pode ser visto como um ato de afirmação do seu papel como mãe e como uma mulher que se recusa a aceitar a violência (Silva, 2023).

A presença de violência física na vida das crianças pode ter efeitos devastadores em seu desenvolvimento emocional e psicológico. Testemunhar ou ser alvo de violência pode gerar traumas que se manifestam em diferentes formas, como problemas de autoestima, ansiedade e dificuldades nos relacionamentos futuros (Batista *et al.*, 2023; Colossi; Falcke, 2019).

Meu filho, quando chega em casa [...] que agora ele tá tendo contato com os meninos, meu filho mais velho fica com umas conversas meio assim [...] no começo da separação, meu mais velho me repreendia, ele dizia assim – “Você não pode rir, vou dizer pro meu pai, meu pai vai lhe matar, você não pode rir, você não pode dançar, você não pode fazer isso”. Hoje, meu filho, ele olha para mim assim e bota a mão na minha boca, pra mim não falar, e diz que vai



pegar a arma do pai dele, vai me matar, vai matar minha mãe. Já chegou até a chamar minha mãe de [...] e eu converso com o pai – “Olhe! Aconselhe [...]”, mas eu acho que ele nem aconselha a criança, nem reclama a criança (M3).

As falas do filho mais velho, que tenta controlar as emoções da mãe e expressa medo do pai, refletem a internalização de comportamentos agressivos. Esse é um exemplo de como as crianças podem começar a reproduzir as dinâmicas abusivas que observam em casa, o que pode se manifestar em sua linguagem e interações (Massano, 2020).

As ameaças feitas pelo filho mais velho, como “vou pegar a arma do pai dele” e “vai me matar”, demonstram como a violência pode se tornar uma linguagem normalizada no contexto familiar. Esse tipo de linguagem reflete a normalização da violência e a maneira como as crianças, mesmo sem a intenção, começam a reproduzir comportamentos aprendidos em ambientes abusivos (Massano, 2020).

A frustração da mãe em relação à falta de intervenção do pai nas questões do filho é significativa. A ideia de que o pai não está aconselhando a criança ou corrigindo seu comportamento revela uma desconexão que pode ser prejudicial. Logo, a ausência de uma figura paterna responsável e a falta de comunicação sobre limites e comportamentos adequados podem agravar a situação, perpetuando um ciclo de violência e medo (Trapp; Andrade, 2017).

O relato da mãe, ao mencionar que seu filho “bota a mão na minha boca” para que ela não fale, mostra não apenas sua tentativa de silenciamento, mas também a possível reprodução de dinâmicas de dominação observadas na relação com o pai. Isso pode ter um impacto emocional profundo na mãe, que se vê em uma posição vulnerável não só em relação ao ex-parceiro, mas também ao próprio filho diante de seu comportamento.

Meu filho, ele passou dois anos sem ter contato com o pai. Meu filho me abraçava, me beijava, dizia que me amava, abraçava meus pais, abraçava meus irmãos [...] quando ele começou a ter contato, não diz que me ama mais. O pai, quando pega ele, não abraça o filho, ele não beija o filho. Então, da mesma forma, meu filho mais velho fica fazendo isso: não quer. E minha mãe, é uma briga muito grande dentro de casa, porque ela quer que eu resolva isso e eu não sei como resolver [...] eu tenho medo [...]. Meus dois filhos são autistas, eu pago terapia para os meninos, já para resolver [...] a psicóloga e a psicopedagoga já estão notando a diferença, dizendo que ele tá muito diferente, que ele nunca tinha jogado brinquedo no chão, que ele tá respondão, e eu não sei mais o que fazer [...] eu tento ser amiga dele pra poder criar os nossos filhos, porque não é fácil [...] ele não ajuda, ele quer transformar nosso filho, não sei em quê (M3).

O fato de o filho não expressar mais afeto, como dizer “te amo” ou abraçar a mãe, pode ser interpretado como uma resposta ao ambiente emocional mais frio proporcionado pelo pai, evidenciando a influência que as relações parentais exercem sobre a capacidade das crianças em termos de expressar amor e afeto. A ausência de demonstrações de

carinho por parte do pai pode ter um impacto negativo nas interações afetivas do filho com a mãe e com outros membros da família (Trapp; Andrade, 2017). A preocupação da mãe em relação ao bem-estar emocional dos filhos autistas, juntamente com seu esforço para proporcionar terapia, demonstra seu comprometimento em oferecer suporte.

O conflito entre a mãe e a avó, onde a avó pressiona a mãe a resolver as questões de afeto e comunicação com o pai, coloca uma pressão adicional sobre a mãe. Essa dinâmica tende a aumentar o estresse da mãe, que já está lutando para equilibrar o cuidado dos filhos e as interações familiares. A dificuldade em encontrar soluções para esses problemas, especialmente quando o pai não colabora, evidencia a complexidade das relações familiares e a necessidade de um suporte mais estruturado (Silva, 2023).

A tentativa da mãe de manter uma relação amigável com o pai para facilitar a criação dos filhos é um sinal de sua intenção de criar um ambiente positivo; contudo, embora bem-intencionada, trata-se de um grande desafio, especialmente enquanto o pai estiver contribuindo com comportamentos que desestabilizam a relação. A mãe pode precisar de orientações sobre como lidar com essa dinâmica, buscando apoio em redes de suporte ou grupos de mães que enfrentam situações semelhantes (Lins *et al.*, 2015).

Achados semelhantes foram identificados em estudo internacional realizado com mulheres em situação de violência doméstica, no qual os relatos evidenciaram sentimentos de medo, insegurança e sofrimento contínuo, repercutindo também na vida dos filhos, dificultando o processo de aprendizagem e interações sociais, presença de alienação parental e comportamentos impróprios (Lee; Lee, 2022).

Subcategoria 1.3: Ciclo da violência doméstica

A Subcategoria 1.3 foi construída mediante partes do discurso das mulheres que remetem ao ciclo da violência, demonstrando como ele ocorre na prática. Essa categoria foi formada a partir do discurso de duas mulheres (M4 e M5).

[...] Aí, depois que passou uns dias, a gente sempre ficava assim muito estranho porque eu ficava distante e tal. Até acontecia assim, por exemplo, a gente tentava voltar ao normal, né? Ele vinha tipo: dar cheiro. Aí, às vezes, eu dizia – “Ah! Machucou meu nariz!”. Aí, ele ficava todo sem paciência (M4).

A distância mencionada pela mulher indica uma tentativa de proteção emocional após vivenciar abusos. Esse afastamento é uma resposta comum em vítimas de violência, que muitas vezes se sentem inseguras ou incapazes de se abrir plenamente para o parceiro (Moura; Freitas; Coelho, 2023). Esse comportamento pode ser uma forma de preservação, evidenciando a dificuldade de confiar novamente em alguém que já causou dor.

A menção ao gesto de “dar cheiro” e a resposta dela ao dizer – “Ah! Machucou meu nariz!” – demonstram como pequenos gestos de afeto podem ser carregados de tensão em uma relação marcada pela violência. Nesses casos, pode existir uma ambivalência nos sentimentos da mulher, onde o carinho é desejado, mas também é acompanhado por uma lembrança do que ocorreu, gerando desconforto e até raiva. Isso reflete a luta interna entre querer estar próxima e, ao mesmo tempo, sentir-se ameaçada (Hoepers; Tomanik, 2021).

A impaciência do parceiro em resposta à reação dela pode ser interpretada como uma falta de compreensão da gravidade do que ocorreu. Esse comportamento pode indicar baixa sensibilidade ao impacto emocional das experiências anteriores da vítima, o que tende a agravar a dinâmica relacional. A falta de empatia em situações de recuperação emocional pode contribuir para a continuidade do ciclo de abuso, já que a vítima pode se sentir ainda mais isolada em suas emoções (Graf, 2019).

O esforço do casal para “voltar ao normal” é uma tentativa de resgatar a relação, mas também pode ser uma forma de ignorar o trauma. Comumente, a normalização de relações pós-abuso, muitas vezes, não enfrenta as questões estruturais do sofrimento vivenciado, o que compromete a possibilidade de uma reconstrução efetivamente saudável. Essa tensão entre o desejo de reconexão e a necessidade de cura é uma parte crítica da experiência da vítima (Graf, 2019).

Faz uns oito meses que terminamos. A gente teve até um contato mais próximo ultimamente, sabe? Mas [...] tipo assim: ele mudou bastante, mas acho que é aquela coisa – quando a gente simplesmente não quer mais de jeito nenhum – é que acontece uma certa mudança, né? Ele não é uma pessoa má pessoa, assim, ele foi pra mim (M4).

A mulher menciona que, apesar de terem terminado, houve um contato mais próximo recentemente e que ele parece ter mudado. Isso pode ser interpretado como uma busca por uma nova dinâmica, possivelmente em resposta ao fim do relacionamento. Mudanças de comportamento podem ocorrer com frequência em contextos de perda, nos quais o indivíduo passa por processos de reflexão e reavaliação diante da separação (Couto *et al.*, 2021).

O reconhecimento de que ele “não é uma pessoa má” indica uma tentativa de reavaliar a relação e a figura do ex-parceiro. Isso é comum em situações de abuso, onde a vítima pode ter sentimentos conflitantes sobre o parceiro, tentando separar o comportamento abusivo da essência da pessoa. Essa ambivalência é uma parte normal do

processo de cura, no qual a mulher tenta atribuir sentido ao ocorrido enquanto preserva sua saúde emocional (Hoepers; Tomanik, 2021).

A observação de que a mudança dele ocorreu “quando a gente simplesmente não quer mais” sugere que, muitas vezes, as transformações significativas nas relações acontecem quando uma parte se distancia emocionalmente. A falta de desejo de reconciliação pode criar um espaço propício para a reflexão e o crescimento, tanto para quem encerra o vínculo quanto para quem permanece (Couto *et al.*, 2021).

O contato mais próximo mencionado pode indicar uma vontade de se reconectar, mas também deve ser visto com cautela no contexto de relações marcadas por violência prévia. Nesse sentido, a literatura aponta a importância de compreender como novos episódios de interação podem, em alguns casos, reativar padrões anteriores de comportamento abusivo. A identificação de limites entre relações saudáveis e possíveis dinâmicas regressivas pode ser relevante para a compreensão do bem-estar emocional da mulher (Graf, 2019).

Eu ainda estou com ele inclusive, mas aconteceu que a gente passou por alguns processos: eu passei pela psicóloga, ele também passou. Hoje em dia, lógico que tem a questão do ciclo vicioso, que é a lua de mel, que é justamente o que está aí na parede. Só que ele mudou, não sei se eu estou sendo meio que [...] não sei, só sei que passou por um processo e ele me pediu muitas desculpas. Aquela coisa: a gente passou um tempo separado e, no decorrer desses tratamentos que a gente teve, tanto eu como a psicóloga, e ele também, ele meio que assumiu o erro dele. Hoje em dia, ele me trata totalmente diferente, como é que eu posso dizer? Tudo assim [...] ele presta atenção em tudo, porque, antes, ele não levava a sério as questões que eu sentia. Não tem aqueles homens que não sabe que tá praticando a violência, por vir de uma questão familiar, que é isso e aquilo? Ele meio que é assim, sabe? Aí, eu fui explicando pra ele: ele foi tendo conhecimento de outros profissionais, que não foi só a psicóloga que ele passou, porque ele tem alguns outros problemas internos. Até então, a gente continuou o noivado e ele me trata super bem. É [...] eu não sei por que tem aquela questão, né? Que pode tá mudando, mas não foi tipo só um mês, seis meses, tá mais de um ano assim, sabe? Mas eu já disse, porque a minha dependência emocional que eu tinha dele, eu já [...]. Eu tô com ele porque realmente ele está me tratando bem, porque, antes, eu ficava com ele sem ele me tratar bem, tu tá me entendendo? Mas agora [...] é aquela coisa: eu não sei se eu estou fazendo o certo, mas tô indo [...], mas, se houver algum tipo de violência, seja psicológica ou patrimonial [...]. Aí, tá sendo o contrário agora, que ele sabe que eu não ganho tanto, ele tá me ajudando, tá meio que recompensando o que eu fiz por ele. Aí, tipo assim: ele sempre se desculpa, sabe? Porque ele se sente meio culpado, e eu acredito nas mudanças das pessoas, até porque eu já errei também em outros relacionamentos e fui sujeita a mudar, e as pessoas não acreditavam. Eu não me refiro a patrimonial, sabe? Mas eu acredito nas mudanças das pessoas e que o ciclo da violência pode ter fim (M5).

O fato de ambos terem passado por processos terapêuticos representa um elemento relevante no contexto da relação. Essa busca por ajuda indica uma consciência de que as

dinâmicas de relacionamento eram prejudiciais. Assim, o reconhecimento da necessidade de mudança é fundamental para romper ciclos de violência (Baldissera *et al.*, 2021).

A mulher menciona que o parceiro assumiu seus erros e passou a tratá-la de forma diferente. Isso é um sinal de potencial mudança, mas a eficácia desse processo depende de uma compreensão aprofundada e de uma transformação consistente das bases que sustentavam os padrões abusivos.

A referência ao “ciclo vicioso” e à “lua de mel” é crítica. A fase de reconciliação pode criar uma falsa sensação de segurança, levando a vítima a acreditar que a violência não se repetirá. A consciência desse ciclo é vital, mas também pode gerar insegurança sobre a permanência das mudanças (Moura; Freitas; Coelho, 2023).

A mulher também apresenta incerteza sobre a mudança, indicando que, embora tenha notado alterações positivas no tratamento recebido, o histórico de violência e os padrões anteriores ainda geram dúvidas. Isso reflete a luta interna que muitos casais enfrentam ao tentarem equilibrar esperança e cautela em relacionamentos com histórico de abuso (Hoepers; Tomanik, 2021).

O discurso sugere uma possível reorganização da forma como a mulher se posiciona em relação à dependência emocional. Ela indica maior atenção às próprias necessidades e menciona permanecer com o parceiro em razão de um tratamento atual mais positivo, o que pode ser interpretado como um movimento de maior percepção de si na relação, embora não necessariamente implique uma ruptura definitiva com padrões anteriores.

A ideia de que o parceiro estaria a “recompensando” por sua dedicação e apoio anterior levanta questões sobre a dinâmica de poder e de reciprocidade no relacionamento. Essa leitura sugere a necessidade de compreender de que forma mudanças comportamentais são significadas dentro da relação, considerando que tais alterações podem assumir diferentes sentidos no contexto de vínculos marcados por histórico de conflito (Graf, 2019).

A crença da mulher na possibilidade de mudança das pessoas constitui um elemento relevante no discurso. A expectativa de transformação pode funcionar como um fator de sustentação do vínculo, embora também esteja atravessada por experiências prévias e pela avaliação contínua da relação. A mulher sugere acreditar que, assim como percebe mudanças em si mesma ao longo de outras experiências, o parceiro também poderia ser capaz de transformação. Um estudo internacional identificou que experiências traumáticas prévias e padrões de apego desorganizado podem influenciar a manutenção



de vínculos abusivos, especialmente em relações marcadas pela alternância entre violência, cuidado e promessas de mudança (Speranza *et al.*, 2022).

A menção a suas próprias falhas e à capacidade de mudança pode indicar um nível de empatia, mas também sugere que ela precisa de espaço para discernir quando as mudanças são genuínas e quando podem ser apenas temporárias (Graf, 2019). Além disso, demonstra que ela está atenta a possíveis sinais de violência futura e parece estar determinada a não tolerar comportamentos abusivos. Essa vigilância é crucial para manter a saúde emocional e física na dinâmica do relacionamento.

4 Considerações finais

O presente estudo atingiu seu objetivo ao analisar as vivências de mulheres em situação de violência doméstica, com base nos relatos produzidos pelas próprias participantes. As narrativas revelaram a complexidade inerente a esse fenômeno, evidenciando que seus efeitos transcendem a dimensão física da agressão, manifestando-se também por meio de estratégias sutis e persistentes de controle emocional, isolamento social e desqualificação subjetiva, configurando um processo contínuo de subjugação e vulnerabilização.

Os depoimentos revelam sentimentos de aprisionamento, sofrimento psicológico e perda de identidade, refletindo o quanto essas vivências afetam não só as mulheres, mas também os seus lares. Mesmo sem questionamentos específicos sobre a maternidade, emergiram referências aos efeitos da violência nos filhos, destacando como esse problema se estende para além da relação conjugal e influencia gerações futuras.

As falas também apontaram, ainda que de forma implícita, os mecanismos do ciclo da violência, marcado por promessas de mudança, medo e manipulação emocional, dificultando o rompimento com a relação abusiva.

Esses relatos se configuram como expressões de resistência que merecem ser ouvidos e legitimados pela sociedade. Dessa forma, reconhecer e acolher esses discursos é fundamental para compreender a dinâmica da violência doméstica e fortalecer políticas públicas voltadas à proteção, ao apoio e à reconstrução da autonomia das vítimas.

Como limitação do estudo, destaca-se o reduzido número de participantes e a realização da pesquisa em um único município, o que impossibilita generalizações. Além disso, o medo, a vergonha e o sofrimento emocional fizeram com que algumas mulheres recusassem participação, aspecto que também influenciou a composição da amostra.



Dessa forma, recomenda-se a realização de novos estudos que ampliem a discussão sobre a violência doméstica em diferentes contextos sociais e culturais, incluindo investigações que contemplem os impactos intergeracionais da violência, a atuação das redes de apoio e as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mulheres. Espera-se que os achados desta pesquisa contribuam para o fortalecimento de políticas públicas e ações intersetoriais voltadas à prevenção da violência doméstica, acolhimento das vítimas e promoção da autonomia feminina.

Referências

- AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Estilo clínico ser e fazer: resposta crítico-propositiva a despersonalização e sofrimento social. **Boletim da Academia Paulista de Psicologia**, v. 37, n. 92, p. 41-62, 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v37n92/v37n92a05.pdf>.
- ANDRADE, A. L.; BARRANQUERA, A. C. R. A violência patrimonial como reflexo da dominação da mulher. **Boletim IBCCRIM**, v. 32, n. 378, p. 25-27, 2024. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10957403>.
- ARAUJO FILHO, G. D.; BRAGA, M. G. G. A violência psicológica contra a mulher analisada no conto “Para que ninguém a quisesse”, de Marina Colasanti e a responsabilidade civil do agressor. **Revista Interfaces do Conhecimento**, v. 3, n. 1, p. 43-57, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unicathedral.edu.br/index.php/revistainterfaces/article/view/617>.
- AZEVEDO, M. B.; ALVES, M. S.; TAVARES, J. R. F. Abuso sexual intrafamiliar em adolescentes e suas reflexões. **Psicologia da América Latina**, n. 30, p. 7-25, 2018. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psilat/n30/a02n30.pdf>.
- BALDISSERA, D.; PAIM, K.; PREDEBON, B. M.; FEIX, L. F. Contribuições da terapia do esquema em relacionamentos conjugais abusivos: uma revisão narrativa. **PSI UNISC**, v. 5, n. 1, p. 51-67, 2021. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v5i1.15386>.
- BARBOSA, C. V. Desigualdade de gênero e processo de discriminação no direito do trabalho. **Revistaft**, v. 27, n. 127, p. 1. 1-73, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8433233>.
- BARNES, M.; SZILASSY, E.; HERBERT, A.; HERON, J.; FEDER, G.; FRASER, A.; HOWE, L. D.; BARTER, C. Being silenced, loneliness and being heard: understanding pathways to intimate partner violence & abuse in young adults: a mixed-methods study. **BMC Public Health**, v. 22, n. 1, p. 1562, 2022. <https://doi.org/10.1186/s12889-022-13990-4>.
- BARRETO, R. S. Relacionamentos abusivos: uma discussão dos entraves ao ponto final. **Revista Gênero**, v. 18, n. 2, p. 142-154, 2018. <https://doi.org/10.22409/rg.v18i2.1148>.
- BATISTA, V. C.; GOMES, N. P.; TESTON, E. F.; BARRETO, M. S.; VIRGENS, I. R.; VIEIRA, V. C. L.; SILVA, A. M. N.; MARCON, S. S. Relações familiares no contexto de violência conjugal: uma teoria fundamentada nos dados construtivista. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 32, p. 1-15, 2023. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2023-0041pt>.
- BATISTA, V. C.; MARCON, S. S.; PERUZZO, H. E.; RUIZ, A. G. B.; REIS, P.; SILVA, A. M. N.; MANDÚ, E. N. T. Prisioneiras do sofrimento: percepção de mulheres sobre a violência



praticada por parceiros íntimos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, supl. 1, e20190219, p. 1-10, 2020. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0219>.

BERNARDINO, I. M.; BARBOSA, K. G. N.; NÓBREGA, L. M.; CAVALCANTE, G. M. S.; FERREIRA, E. F.; D'AVILA, S. Violência contra mulheres em diferentes estágios do ciclo de vida no Brasil: um estudo exploratório. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 19, n. 4, p. 740-752, 2016. <https://doi.org/10.1590/1980-5497201600040005>.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160 p.

CAMARGO, B. C. Violência psicológica contra a mulher: considerações necessárias sobre o crime do art. 147-B do Código Penal. **Boletim IBCCRIM**, v. 29, n. 347, p. 6-9, 2021. Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/1369.

CAMPOS, C. B.; MOTA, C.; BRITO, T. C. Consentimento: conceitos e particularidades em três pesquisas sobre sexualidade e violência. **SciELO Preprints**, 2024. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9877>.

CARPANEZ, T. G.; LOURENÇO, L. M.; BHONA, F. M. C. Violência entre parceiros íntimos e uso de álcool: estudo qualitativo com mulheres da cidade de Juiz de Fora-MG. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 14, n. 2, p. 1-18, 2019. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e1550.

COLOSSI, P. M.; FALCKE, D. Implications of experiences in the family of origin and infidelity in violence loving relationships. **Trends in Psychology**, v. 27, n. 2, p. 339-355, 2019. <https://doi.org/10.9788/TP2019.2-04>.

COSTA, A. L. M.; COELHO, P. H. S.; IBIAPINA, G. K. F.; SANTOS, J. K. O.; SAMPAIO, D. C.; FREITAS, D. C. G.; FREITAS, G. K. G. Violência psicológica no âmbito da Lei Maria da Penha. **Revistaft**, v. 28, 2023. Disponível em: <https://zenodo.org/records/10427789>.

COUTO, R. N.; FONSECA, P. N.; GUERRA, V. M.; GOUVEIA, V. V. Crescimento pós-traumático após divórcio: contribuição dos valores para além das variáveis demográficas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 37, e37 5147, p. 1-9, 2021. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e375147>.

FERREIRA, I. B. **Violência psicológica entre parceiros íntimos na juventude: da invisibilidade à compreensão**. 2024. 160 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/42185>.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. 87 p.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto: leitura e redação**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. 431 p.

FORTES, R. O. T.; NASCIMENTO, M. E. B.; ALVES, T. O.; MELO, A. B. O.; AGUIAR, W. A. C.; ROSA, V. H. J.; OLIVEIRA, F. A. C.; ARAÚJO, M. M. M.; NASCIMENTO, M. K. S.; VIANA, M. C. S. Impactos na saúde mental das mulheres vítimas de violência doméstica. **Brazilian Journal of Implantology and Health Science**, v. 6, n. 3, p. 933-942, 2024. <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n3p933-942>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 4. ed. São Paulo: FBSP/Instituto DataFolha, 2023.



Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 288 p.

GARCIA, E. C. R.; OLIVEIRA, E. A. Impactos da violência doméstica na saúde mental das mulheres: uma revisão de literatura (2019-2023). **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 9, n. 4, p. 260-279, 2024. <https://doi.org/10.9771/cgd.v9i4.59267>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GOMES, I. R. R.; FERNANDES, S. C. S. A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da teoria da ação planejada. **Boletim – Academia Paulista de Psicologia**, v. 38, n. 94, p. 55-66, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100006&lng=pt&nrm=iso.

GRAF, P. M. **Circulando relacionamentos**: a justiça restaurativa como instrumento de empoderamento da mulher e responsabilização do homem no enfrentamento da violência doméstica e familiar. 2019. 229 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. Disponível em: <https://ri.uepg.br/handle/123456789/4983>.

HOEPERS, A. D.; TOMANIK, E. A. Violência doméstica contra mulheres: um olhar pela via dos afetos. **Psicologia em Revista**, v. 27, n. 1, p. 1-20, 2021. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2021v27n1p1-20>.

LEE, P-Y.; LEE, B-O. Lived experiences of domestic violence in women and their children: a phenomenological study. **Healthcare**, v. 10, n. 8, p. 1556, 2022. <https://doi.org/10.3390/healthcare10081556>.

LINS, Z. M. B.; SALOMÃO, N. M. R.; LINS, S. L. B.; FÉRES-CARNEIRO, T.; EBERHARDT, A. C. O papel dos pais e as influências externas na educação dos filhos. **Revista Spagesp**, v. 16, n. 1, p. 43-59, 2015. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/109795/2/238724.pdf>.

LUCCHESI, G. S.; AVOGLIA, H. R. C.; SILVA, P. O. A dinâmica psíquica e as estruturas defensivas da mulher vítima de violência doméstica. **Boletim da Academia Paulista de Psicologia**, v. 37, n. 92, p. 24-39, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=94651818004>.

LUCENA, K. D. T. **Violência doméstica contra a mulher e qualidade de vida**. 2015. 107 f. Tese (Doutorado em Modelos de Decisão e Saúde) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7971>.

LUCENA, K. D. T.; DEININGER, L. S. C.; COELHO, H. F. C.; MONTEIRO, A. C. C.; VIANNA, R. P. T.; NASCIMENTO, J. A. Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. **Jornal of Human Growth and Development**, v. 26, n. 2, p. 139-146, 2016. <https://doi.org/10.7322/jhgd.119238>.

MASSANO, A. F. M. **Fatores influenciadores do impacto nos comportamentos de externalização da exposição à violência interparental**. 2020. 142 f. Dissertação (Mestrado em Criminologia) – Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Porto, Portugal. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/131619>.



MELO, V. R. C. **O trauma psíquico no enfoque da neurociência e da gestalt terapia**. 2007. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Ciências da Saúde, Brasília, DF. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/handle/123456789/3014>.

MINAYO, M. C. S. Violência: um velho-novo desafio para a atenção à saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 29, n. 1, p. 55-63, 2005. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v29.1-009>.

MOREIRA, J. L. F. M.; OLIVEIRA, P. G. Gaslighting como violência psicológica: compreendendo o fenômeno sob a ótica da análise do comportamento. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, v. 14, n. 1, p. 49-67, 2023. <https://doi.org/10.18761/pac29a09>.

MOURA, G. A. R.; FREITAS, J. A.; COELHO, M. S. R. Ciclo da violência doméstica contra a mulher: reflexões jurídicas a partir da Lei Maria da Penha. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 11, p. 974-984, 2023. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i11.12374>.

MOURA, M. K. N. **“Eu tirei a minha cerca”**: um estudo sobre os prejuízos para a autoestima da mulher em situação de violência psicológica. 2022. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Palmeira dos Índios, AL. Disponível em: <https://ud10.arapiraca.ufal.br/repositorio/publicacoes/4677>.

NASCIMENTO, L. C. N.; SOUZA T. V.; OLIVEIRA, I. C. S.; MORAES, J. R. M. M.; AGUIAR, R. C. B.; SILVA, L. F. Saturação teórica em pesquisa qualitativa: relato de experiência na entrevista com escolares. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 1, p. 243-248, 2018. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0616>.

NOBRE, L. B.; VOLTARELLI, M. A. Infância brasileira: olhares para a violência durante a pandemia. **Revista Binacional Brasil Argentina**, v. 12, n. 1, p. 78-95, 2023. <https://doi.org/10.22481/rbba.v12i01.12582>.

KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZWIAND, A. B.; LOZANO, R. Sexual violence. In: KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZWIAND, A. B.; LOZANO, R. **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002. Capítulo 6, p. 149-174. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9241545615>.

RITT, C. F.; RITT, E. (org.). **Violência doméstica contra as mulheres**: uma necessária reflexão sobre suas causas e efeitos, bem como as formas de seu enfrentamento. 1. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2020. 494 p. *E-book*.

RODRIGUES, T. D. F. F.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, J. A. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/49>.

SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999. <https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000400009>.

SANTANA, R. M. S.; CRUZ, D. Filhos da violência doméstica e familiar: os impactos da violência no desenvolvimento da criança a partir do olhar de uma assistente social. **Cairu em Revista**, v. 12, n. 18, p. 42-60, 2022. Disponível em: https://www.cairu.br/revistas/uploads/correcao_194_1781647517.pdf.

SANTOS, C. N.; VIEIRA, J. C. Violência psicológica no contexto familiar e a Lei Maria da Penha. **Revistaft**, v. 28, n. 137, 2024. <https://doi.org/10.69849/revistaft/cs10202408301526>.



SILVA, A. B. **A memória de mulheres vítimas de violência conjugal**: na voz de mulheres de camadas altas e baixas do município de Codó-MA. 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista. Disponível em: <https://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2019/03/Dissertação-de-Adriana-Beserra-Silva.pdf>.

SILVA, R. B. **O impacto da violência familiar contra mães**: consequências psicológicas, sociais e de saúde. 2023. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário de Iporá, Iporá-GO. Disponível em: <https://repositorio.unipora.edu.br/index.php/dir/catalog/view/394/351/1747>.

SILVA, S. C. M.; SILVA, V. A. A.; HANNA, L. M. O. Danos psicológicos causados pela violência doméstica contra a mulher. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 4, p. 338-351, 2023. <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n4p338-351>.

SOUZA, C. P. **Gaslighting**: “Você está ficando louca?” As relações afetivas e a construção das relações de gênero. 2017. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179502>.

SPERANZA, A. M.; FARINA, B.; BOSSA, C.; FORTUNATO, A.; VERGANO, C. M.; PALMIERO, L.; QUINTIGLIANO, M.; LIOTTI, M. The role of complex trauma and attachment patterns in intimate partner violence. **Frontiers in Psychology**, v. 12, 769584, p. 1-10, 2022. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.769584>.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Tradução: Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais do Instituto de Psicologia da PUCRS. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 427 p.

TRAPP, E. H. H.; ANDRADE, R. S. As consequências da ausência paterna na vida emocional dos filhos. **Revista Ciência Contemporânea**, v. 2, n. 1, p. 45-53, 2017. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180301124653.pdf.

Recebido em: 30 de novembro de 2025.

Aceito em: 14 de maio de 2026.